

# PRESSÃO ALTA

Nº 09 - Agosto/2005



## Servidores da Saúde definem nova etapa de lutas

Continuamos nossa luta para reajustar os salários. Começamos antes mesmo da data-base de reajuste, pois nas reuniões com o governo os salários sempre estiveram na pauta. Em 1º de junho realizamos manifestação na frente do Palácio Iguazu com trabalhadores das demais categorias do serviço público. Tivemos a promessa de que haveria negociações. Participamos de reuniões na Casa Civil e nas Secretarias da Administração e do Planejamento e não obtivemos nenhuma proposta.

Luiz Herrmann



A assembléia de 1º de agosto definiu as novas mobilizações pelo reajuste dos salários (acima). No dia 15, a diretoria do SindSaúde foi novamente cobrar proposta do governo (à esquerda)

Em 1º de agosto fizemos mobilização na Assembléia Legislativa. Enchemos as galerias com servidores de todas as regiões do Estado, mostrando que a categoria acompanha e apoia a direção sindical.

Os parlamentares da base

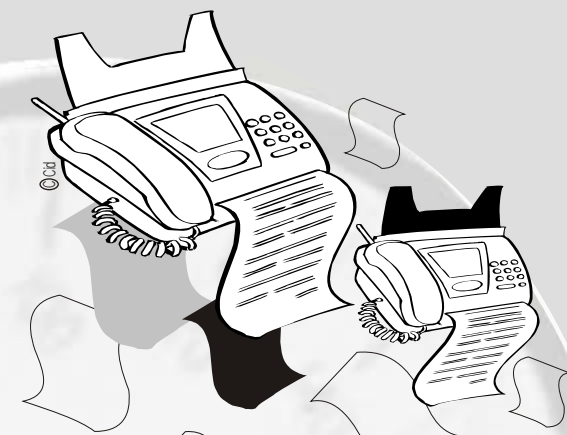


Ana Beatriz Pazos

governista perceberam nossa insatisfação e se propuseram a intermediar as negociações. Agora temos que manter nossa mobilização, cobrar propostas de fato, coisa que o governo ainda não fez.

No dia 15 de agosto, a direção do sindicato voltou a cobrar da secretária Maria Marta Lunardon resposta às reivindicações da categoria.

**Leia detalhes na Página 4.**



## 25 de agosto é dia de CHUVA DE FAX

No dia 25 de agosto vamos promover chuvas de faxes. Escreva uma mensagem pedindo atenção do governo para negociar correção nos salários, pela manutenção da sua jornada trabalho (20 ou 30 horas) e pela incorporação da GAS (conforme anunciou o secretário Cláudio Xavier no jornal "Sesa em casa").

**Secretaria da Administração e Previdência**  
a/c Maria Marta Lunardon  
**Seap - Fax: (41) 3351-6107**

**Secretaria da Saúde**  
a/c Cláudio Xavier  
**Sesa - Fax: (41) 3330-4406**

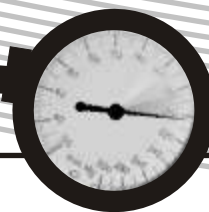
**Secretaria da Fazenda**  
a/c Heron Arzua  
**Sefa - Fax (41) 3222-3505**

**Palácio Iguazu**  
a/c Roberto Requião  
**Casa Civil - Fax: (41) 3350-2724**

**Dia 7**  
de setembro

Venha conosco integrar a Parada Cívica, para defender data-base de reajuste, os direitos dos aposentados e a saúde pública.

Procure o  
SindSaúde



O SindSaúde é nosso espaço de luta. No congresso a gente organiza e define o plano de luta

## Congresso do SindSaúde será em junho de 2006

O 4º Congresso Estadual do SindSaúde ocorrerá de 21 a 24 de junho de 2006. Esta foi uma das decisões da assembléia estadual realizada a 1º de agosto, no plenarinho da Assembléia Legislativa, em Curitiba.

### Calendário

Confira as atividades deste ano para a preparação do 4º Congresso do SindSaúde

#### Setembro

14 - Último dia inscrição tese 4º Congresso

#### Outubro

04 - Plenária 2ª RS Metropolitana

05 - Plenária HOC

06 - Plenária HT

10 - Plenária HZN e HZS

11 - Plenária 18ª, 19ª RS e Hospital S. Sebastião

13 - Plenária 22ª RS

14 - Plenária 17ª RS e Tibagi

31 - Plenária 6ª RS UVA

#### Novembro

07 - Plenária 7ª RS Pato Branco

08 - Plenária 8ª RS Francisco Beltrão

09 - Plenária 10ª RS Cascavel

10 - Plenária HUOP

22 - Plenária 4ª e 5ª RS

#### Dezembro

13 - Plenária HCAB

O congresso é importante porque nele trabalhadores debatem a atuação do SindSaúde e definem como ele deve agir.

O sindicato está organizando o congresso em quatro grandes temas:

1. O trabalho na sociedade capitalista;
2. Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
3. A saúde do servidor da Saúde;
4. Aposentadoria: o sonho que se transforma em pesadelo.

Cada tema terá um palestrante, que fará análise profunda para ajudar nos debates em grupos.

#### Prazo para apresentar tese

Se você pensa que o congresso está longe, está enganado. Sua participação começa desde já.

Em 14 de setembro termina o prazo para qualquer sindicalizado, individualmente ou em grupo, apresentar textos sobre os temas do congresso, analisando-os e se posicionando sobre eles. Este também é o prazo para se sugerir nomes de palestrantes. Procure o sindicato para obter mais informações.

Os textos elaborados pela categoria e pela direção sindical serão reunidos num caderno de debates. Este será o guia para as plenárias que ocorrem neste ano e no próximo.

Participarão do Congresso mais de 400 trabalhadores da saúde. Estes serão escolhidos pelos próprios companheiros de trabalho nas plenárias

Acompanhe as informações e participe! É no congresso que a categoria define toda a base de atuação da direção do sindicato.

## GAS na licença especial

A Secretaria da Administração determinou a suspensão da GAS durante a licença especial. O SindSaúde contestou, mostrou que a medida é irregular e conseguiu reverter a decisão.

Os servidores que entraram com pedido de licença especial em junho e julho surpreenderam-se com a medida. Baseado num parecer jurídico, o governo estava negando o pagamento da GAS durante a licença.

Prontamente a direção do SindSaúde procurou a secretária Maria Marta para questionar a decisão. Mostrou que o Estatuto do Servidor considera como "efetivo exercício" (quando são mantidos todos os direitos) os afastamentos em virtude de licença especial.

O mesmo artigo 128 do Estatuto também enumera outros afastamentos, como férias, licença maternidade e muito mais. Por causa deste artigo, os funcionários da saúde pública recebiam a GAE na licença especial.

Diante dos argumentos das sindicalistas, Maria Marta suspendeu a decisão para melhores estudos e manteve a GAS.



### Olho no calendário

#### AGOSTO

20 ..... Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador de Maringá

25 ..... Inscrição de observadores à Conferência Municipal de Saúde, em Curitiba

26 e 27 ..... Seminário do Fórum Sul de Saúde, em Passo Fundo

26 ..... Oficina Saúde do Trabalhador, Curitiba

26 a 28 ..... 8ª Conferência Municipal de Saúde de Curitiba

#### SETEMBRO

01 ..... Conferência de Saúde Mental, em Curitiba

03 ..... Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador de Curitiba e Região Metropolitana

09 ..... Audiência Pública em Pato Branco

10 ..... Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador de Pato Branco

19 ..... Último dia inscrição tese para a Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador

24 ..... Audiência pública, Cascavel

#### OUTUBRO

07 ..... Conferência Municipal de Saúde da Lapa

07 a 09 ..... Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador

14 ..... Audiência pública em Londrina

14 a 16 ..... Conferência Municipal de Saúde de Londrina

15 ..... Audiência pública em Maringá

20 ..... Último dia inscrições de trabalhadores e usuários à Conferência Estadual de Saúde

21 ..... Último dia para inscrição de teses à Conferência Estadual de Saúde

#### NOVEMBRO

14 e 15 ..... 3ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho

19 e 20 ..... 2ª Conferência Local do HCAB

#### DEZEMBRO

01 ..... Inscrição de observadores à 7ª Conferência Estadual de Saúde

02 a 04 ..... 7ª Conferência Estadual de Saúde, em Foz de Iguaçu

## Formação

# SindSaúde oferece cursos

O Departamento de Formação do SindSaúde oferece aos trabalhadores da saúde diversos cursos. Eles buscam ampliar o conhecimento servidores, capacitando-os a defender seus direitos e a saúde pública.

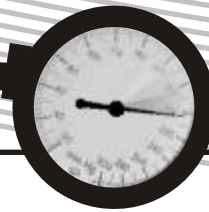
Se você e seus colegas tiverem interesse num dos cursos a seguir, reúnam um grupo de 15 a 20 pessoas e procurem o sindicato para agendarmos uma data. São expedidos certificados em cada curso.

#### São estes os cursos:

- Comunicação e expressão oral I e II;
- Saúde do trabalhador;
- Controle social;
- As leis do SUS;
- Negociação coletiva;
- Como funciona a sociedade
- Aposentadoria







Brasília foi palco de diversas manifestações de trabalhadores contra mudanças na Previdência. Servidores da Saúde participaram de várias delas

## PEC Paralela já está em vigor

### Emenda diminui os efeitos da Reforma da Previdência

O Congresso Nacional promulgou em 5 de julho a PEC Paralela da Reforma da Previdência (PEC nº 77-A/03), que atenua os efeitos da reforma da Previdência. Trata-se da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

O novo texto restabelece a paridade. Perdido na reforma de 2003, o direito dos aposentados terem seus vencimentos corrigidos

Isto significa que aumento dado ao pessoal em atividade deve ser repassado aos aposentados.

A PEC trata também das condições para o servidores receberem proventos integrais na aposentadoria, da regra de transição geral, isenção de contribuição de aposentados e pensionistas, teto nacional, aposentadorias especiais e outros itens.

Ao mudar o cálculo de contribuição da empresa para o INSS, empresas com

altos lucros e poucos empregados passam a pagar mais INSS (proporcionalmente) do que empresa com baixos lucros e muitos empregados. Desta forma, desonera parcialmente a folha de pagamento.

A inclusão previdenciária benéfica especialmente as mulheres idosas que não têm renda própria. É a chamada aposentadoria de dona de casa.

#### Tramitação continua

Mas o texto promulgado não está completo. Uma parte não teve consenso, recebeu emendas, e voltou à Câmara para apreciação dos deputados. Dessa matéria consta os subtetos no Executivo e Legislativo Estaduais, subteto nos municípios, isenção de contribuição de aposentados e pensionistas. Trata também de paridade às pensões.

## Reformas reduziram direitos dos trabalhadores

O debate sobre a aposentadoria e como conquistá-la sempre gerou conflito de interesses. Por um lado, o trabalhador vislumbra obter este direito integralmente depois dos longos anos em atividade. O Estado, por outro lado, tem argumentado que a aposentadoria onera os cofres públicos.

Nesse embate, o governo tem conseguido alterar a lei previden-

ciária e reduzir direitos dos trabalhadores. Faz a gente contribuir por mais tempo e recebe salário menor.

Os trabalhadores nos seus sindicatos tentaram resistir, mas foram vencidos pelo poder da máquina pública e dos meios de comunicação. A legislação só piorou as regras para a gente chegar no esperado desfrute da aposentadoria.

## Reforma da Previdência em 1998

Em 1998 o governo Fernando Henrique Cardoso mudou as regras gerais para a aposentadoria.

- Até 1998, para se aposentar bastava apresentar Declaração de tempo trabalhado e/ou carteira de trabalho com 30 anos de trabalho, se mulher, e 35 anos de trabalho, se homem.

- Após dezembro de 1998, para se aposentar devem preencher as seguintes condições:

#### Mulheres

- Ter 48 anos de idade e
- Ter 30 anos de contribuição e
- Cumprir o pedágio, um tempo a mais após os 30 anos trabalhados.

#### Homens

- Ter 53 anos de idade e
- Ter 35 anos de contribuição e
- Cumprir o pedágio, um tempo a mais após os 35 anos trabalhados.

## Reforma da Previdência de 2003

A Reforma da Previdência foi concluída em 30 de dezembro de 2003, já no governo Lula, mudando as regras de aposentadoria dos servidores públicos, que acabaram prejudicados.

Após a aprovação da Emenda Constitucional 41 as regras ficaram assim:

#### Mulheres

- 30 anos de contribuição e 55 anos de idade

#### Homens

- 35 anos de contribuição e 60 anos de idade

Somente mantiveram os direitos adquiridos antes da Reforma da Previdência quem, a 30 de dezembro de 2003, contava com:

#### Mulheres:

- 25 anos de contribuição e 48 anos de idade e já havia cumprido o Pedágio; ou seja, teria condições de requerer aposentar proporcional.

#### Homens:

- 30 anos de contribuição e 53 anos de idade e já havia cumprido o Pedágio; ou seja, teria condições de requerer aposentar proporcional.

## Saúde não é mercadoria

O Sistema Único de Saúde foi concebido dentro da filosofia de que saúde é direito a vida. Assim, todo cidadão, sem qualquer diferenciação, é atendido no sistema público de saúde, conforme assegura a Constituição. Outra conquista do povo brasileiro foi incluir no texto constitucional que a saúde é dever do Estado.

Para que a Constituição se traduzisse na realidade era preciso a presença forte do Estado e determinação em fazer vigorar uma rede verdadeiramente pública para a organização dos serviços de saúde. No entanto, os gestores são em sua maioria políticos que trabalham para enfraquecer o Estado, submetendo-o aos interesses privados do capital.

Por isto, é comum vermos governos deixando de cumprir a Constituição e facilitando a proliferação das empresas de saúde, não com a intenção de promover o bem público, mas em busca do lucro fácil, explorando o comércio da saúde. Para identificar empresa deste tipo, observe as grandes boutiques da mais alta tecnologia em saúde ganhando muito dinheiro ao firmar convênios com o SUS.

O atual governo adota o discurso de defender os bens e o direito públicos, mas esta não é a realidade na área da saúde. A Sesa prioriza o repasse de valores para instituições de saúde da iniciativa privada ou filantrópicas. A Santa Casa de Paranaíba recebeu verbas públicas para sua

manutenção e, mesmo assim, faliu, obrigando o governo a pagar de novo para adquirir em leilão a massa falida e manter os serviços. O governo agora investe dinheiro público na Santa Casa de Paranaíba e não temos segurança de que não precisará pagar novamente no futuro para manter o atendimento à população, pois não há controle social.

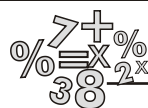
Se analisarmos a história dos hospitais conveniados, em sua maioria eles recebem repasses periódicos para melhorar o imóvel e renovar os equipamentos, além do pagamento da produção de Autorização de Internamento Hospitalar.

A gestão estadual deveria investir nos seus próprios serviços. Em especial, estabelecendo uma política para fortalecer o papel dos municípios e ao atendimento ambulatorial especializado. Há muito tempo o Paraná faz muito pouco na supervisão e no assessoramento aos municípios.

Valores ínfimos são repassados as gestões públicas para melhorar a atenção básica. Nossos antigos CRES estão a mercê da administração dos consórcios e não oferecem serviços de qualidade aos usuários do SUS, com raras exceções.

É importante destacar o escandaloso definhamento dos hospitais próprios do Estado, alguns são verdadeiras sucatas. Porque não inverter a lógica do repasse de dinheiro e investir em nossos equipamentos próprios, não ficando a mercê das entidades que depois se descredenciam e nem sempre prestam serviço de qualidade.

Fazemos essas ponderações para lembrar ao governo que seu telhado também é de vidro porque faz NA SAÚDE idêntica política que podemos conceituar como neoliberal, pois favorece o acúmulo de capital. Portanto, a saúde no Paraná vem sendo tratada, sim, como mera mercadoria, e não como bem público.



### Prestação de Contas

Item	Descrição das Despesas	mar/05	abr/05
1	Compra de sede própria	-	5.371,72
2	Telefonia/Luz	3.115,15	3.331,24
3	Assessoria Jurídica/ações/Cartorais	1.576,91	7.242,15
4	Assessoria Imprensa	700,00	700,00
5	Honorários Contábeis	260,00	260,00
6	Encargos sociais	1.346,06	2.137,57
7	Salários funcionários/folha	2.059,72	2.870,68
8	Serviços de terceiros	481,60	80,00
9	Encargos bancários	245,94	177,33
10	Fundo de Greve	2.100,00	-
11	Despesas com veículo	352,83	325,00
12	Supermercado/limpeza/copa	92,43	273,65
13	Condomínio	541,08	891,59
14	CUT	513,40	513,40
15	Dieese	400,21	400,21
16	Correios	2.508,88	2.500,00
17	Publicação Pressão Alta	1.077,20	1.301,00
18	Vale transporte	302,20	342,20
19	Assessoria de Formação e reuniões	2.147,10	2.053,39
20	Reuniões/Cursos de Formação	5.330,10	3.366,22
21	Aquisição de patrimônio/equipamentos	778,16	2.302,00
22	Material de expediente	455,52	-
23	Assit.Técnica/Manut./Consumo	650,00	570,42
24	Despesas Diversas	620,04	642,30
25	Assembléia 30 Horas	4.183,97	-
26	Perdas e Danos Gerais	1.200,00	-
TOTAL DAS DESPESAS		33.038,50	37.652,07
TOTAL DE ENTRADAS		45.153,80	45.153,58
TOTAL DE SAÍDAS		33.038,50	37.652,07
SUPERAVITS DO PERÍODO		12.115,30	7.501,51

#### Detalhamento sobre diferença de valores de abril em relação a março

- 1 - Última parcela da compra da sede própria
- 3 - Pagamento de custas da ação das 30 e 20 horas e reenquadramento
- 6 e 7 - O aumento deveu-se à contratação de funcionárias administrativas
- 10 - Repasse de parcelas oito parcelas atrasadas do Fundo de Greve
- 21 - Compra de computador e móvel

### Direção sindical volta a cobrar aumento salarial

Mais uma vez a direção do SindSaúde foi cobrar da secretária Maria Marta Lunardon soluções para reivindicações dos trabalhadores da Saúde. A reunião ocorreu a 15 de agosto, na Secretaria da Administração.

O reajuste da tabela salarial foi o principal pedido feito. A gente quer que o governo a corrija pelos índices de inflação desde 1995. A Fundação Getúlio Vargas calcula que o índice seja de 176,5%. Para os idosos, que sentem o peso de preços específicos, como remédios, a inflação chega a 226%. A secretária disse que estuda a possibilidade de pagar ao menos a inflação acumulada no governo Requião

Outro item debatido foi o enquadra-

mento correto dos aposentados no Plano de Carreira (QPPE), para que eles tenham salários correspondentes ao do pessoal em atividade.

A direção sindical argumentou que a Justiça começa a dar ganho de causa em favor dos aposentados e o governo poderia se antecipar e resolver administrativamente a questão. Maria Marta reconhece a dívida e disse que já consulta a PGE (Procuradoria Geral do Estado) para ter respaldo jurídico para a decisão que tomar.

Vamos continuar cobrando do governo propostas concretas para os trabalhadores da saúde. Precisamos reforçar nossa mobilização sempre, até obtermos as conquistas que almejamos.

### Eleição no Coren é ilegítima

A eleição para o Conselho Regional de Enfermagem continua sendo questionada na justiça. A oposição argumenta que o processo não foi transparente, com vários entraves que dificultaram a participação democrática. Um deles foi o prazo para a inscrição de chapas, encerrado a 2 de fevereiro, quatro meses antes do pleito.

Nas urnas, enfermeiras e enfermeiros de todo o Paraná deixaram nas cédulas eleitorais a sua posição. Os votos nulos e em branco somaram 10.256 e superaram a

votação da diretoria, que recebeu 7.839 votos. O resultado mostra que os enfermeiros não legitimam a direção do Coren.

**Cofen** - O presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), Gilberto Linhares Teixeira, não obteve liberdade provisória até o julgamento do mérito do habeas corpus no qual pede para aguardar em liberdade o fim do processo. Teixeira foi denunciado com outros 48 réus, por desvio de recursos públicos.

